



Universidade Estadual
da Região Tocantina
do Maranhão

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS, TECNOLÓGICAS E LETRAS – CCHSTL
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

ALEJANDRA KALINNY SOUSA MACÊDO

O USO DO LÚDICO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: A importância das orientações
didáticas lúdicas como recurso metodológico de ensino-aprendizagem aos alunos
deficientes no Ensino Fundamental

Açailândia – MA
2024





Universidade Estadual
da Região Tocantina
do Maranhão

ALEJANDRA KALINNY SOUSA MACÊDO

O USO DO LÚDICO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: A importância das orientações didáticas lúdicas como recurso metodológico de ensino-aprendizagem aos alunos deficientes no Ensino Fundamental

Monografia, apresentada ao curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão, Campus Açailândia, do Centro de Ciências Humanas, Sociais, Tecnológicas e Letras, como requisito para obtenção do título de licenciatura em Pedagogia.

Orientador: Prof. Me. Fausto Ricardo Silva Sousa

Açailândia – MA
2024





Universidade Estadual
da Região Tocantina
do Maranhão

M141o

Macêdo, Alejandra Kalinny Sousa

O uso do lúdico na educação inclusiva: a importância das orientações didáticas lúdicas como recurso metodológico de ensino-aprendizagem aos alunos deficientes no ensino fundamental / Alejandra Kalinny Sousa Macêdo. – Açailândia: UEMASUL, 2024.

56 f.

Monografia (Curso de Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL, Açailândia, MA, 2024.

Orientador: Prof. Me. Fausto Ricardo Silva Sousa.

1. Educação inclusiva. 2. Ludicidade. 3. Alunos com deficiências. 4. Professores. I. Título.

CDU 376:79(812.1)



Universidade Estadual
da Região Tocantina
do Maranhão

ALEJANDRA KALINNY SOUSA MACÊDO

O USO DO LÚDICO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: A importância das orientações didáticas lúdicas como recurso metodológico de ensino-aprendizagem aos alunos deficientes no Ensino Fundamental

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão, como requisito de aprovação do título de licenciatura em Pedagogia.

Aprovado em: 28/02/2024

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Me. Fausto Ricardo Silva Sousa – UEMASUL (orientador)

Documento assinado digitalmente
gov.br FAUSTO RICARDO SILVA SOUSA
Data: 09/03/2024 13:39:26-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Ma. Maiara Amorim Muniz - UEMASUL

Prof. Esp. Myrna Tuanny da Fonseca Araújo Santos -
UEMASUL

Açailândia – MA
2024



DEDICATÓRIA

Inicialmente, é com imensa felicidade, que deixo aqui meus sinceros agradecimentos a todos que me apoiaram na minha trajetória acadêmica, sou grata a Deus que me tornou forte e me deu forças para suportar todo esse processo durante esses 4 anos. Escrevo essa dedicatória em lágrimas e com muita emoção no coração.

Quando ingressei na universidade estava grávida de 6 meses da minha filha Maria Heloísa, e antes mesmo de ingressar eu já pensava que não conseguiria fazer uma graduação, cuidar de filho, casa etc. Esse processo para mim parecia impossível, mas foi possível graças a minha família e a Deus. Quero agradecer profundamente aos meus pais, Francisca Maria e Itamar Oliveira, que possuem e desempenham um papel muito importante na minha vida, que me inspiram, que incentivam a vencer com todas as possibilidades cabíveis para eles.

Obrigada pai Itamar, por me buscar no serviço com muita chuva, obrigada por me deixar mesmo em dias muito ensolarados e tendo que deixar minha irmã na escola e minha mãe no serviço ainda, você fazia isso mesmo não tendo horário de almoço direito, ou descansar, você fazia e faz isso porque você é uma pessoa iluminada por Deus que veio para nossas vidas, eu o amo e sou eternamente grata por isso, porque foram essas atitudes que me fizeram não desistir e poder ter certeza que Deus e eu iremos lhe recompensar.

Adiante, agradeço também a minha mãe Francisca Maria, porque quando disse que estava grávida, ela disse que eu iria estudar mesmo assim, que eu iria me formar e que Deus cuidaria de tudo, e foi exatamente isso que aconteceu. Deus veio e vem cuidando de tudo. Você mãe, é minha maior inspiração, pois só Deus sabe o que já passamos juntas e agradeço imensamente tudo que fez para me apoiar tanto financeiramente, quanto psicologicamente. Agradeço também a minha irmã Alana Karolinny, que foi a principal responsável por cuidar da minha filha enquanto eu conquistava sonhos e lutava dia após dia. Estendo o agradecimento ao meu irmão Alexandre Victor e meu avô José de Ribamar, que infelizmente não se encontra mais aqui comigo, ele vibrava pelas minhas conquistas mais do que eu mesmo. Por fim, mas não menos importante, quero agradecer a todas as pessoas que fizeram parte



Universidade Estadual
da Região Tocantina
do Maranhão

desse processo junto a mim de alguma maneira, principalmente ao meu esposo Lucas Gabriel Costa que está comigo em todos os processos e que me apoia em tudo. Ao meu orientador Fausto Ricardo, agradeço por aceitar me guiar neste processo árduo, e pelas amizades que construí durante esses longos anos, em especial, Luciana Gonçalves, Rebeca Soares e Andressa Viana que são pessoas incríveis, compartilhamos muitos conhecimentos juntas. Em suma, deixo a minha imensurável gratidão.





RESUMO

O estudo apresentado dispõe sobre o uso do lúdico na educação inclusiva, tratando da importância das orientações didáticas lúdicas como recurso metodológico de ensino-aprendizagem aos alunos deficientes no Ensino Fundamental de 1º ao 5º ano. E a problemática foi norteadada pelo seguinte questionamento: Qual a importância e sentido do uso de práticas lúdicas no processo de ensino-aprendizagem dos educandos deficientes de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental? O objetivo da pesquisa foi conhecer o funcionamento/aplicação da ludicidade na sala de aula para os alunos com deficiência. Para tanto, realizamos uma pesquisa qualitativa-exploratória a partir da pesquisa bibliográfica e documental, realizada em livros, artigos científicos, bem como em trabalhos de conclusão de curso disponibilizados no *Google* acadêmico, além de documentos legais que regem a educação brasileira, emitidos por meio do Ministério da Educação – MEC, e da pesquisa de campo, por meio de um questionário aplicado a cinco professores e professoras do 1º ao 5º ano de uma escola pública municipal de Açailândia-MA. De maneira geral, o estudo mostrou resultados de grande relevância relacionados ao entendimento da ludicidade de modo que tal uso nas aplicações pedagógicas colaboram com a inclusão dos alunos com deficiências proporcionando seu desenvolvimento integral suscitando melhor atenção, motivação e reações positivas de aprendizagens.

Palavras-Chave: Educação Inclusiva. Ludicidade. Alunos com deficiências. Professores.





ABSTRACT

The study presented deals with the use of play in inclusive education, addressing the importance of play teaching guidelines as a methodological teaching-learning resource for disabled students in Elementary School from 1st to 5th year. And the problem was guided by the following question: What is the importance and meaning of using playful practices in the teaching-learning process for students with disabilities from the 1st to the 5th year of Elementary School? The objective of the research was to understand the functioning/application of playfulness in the classroom for students with disabilities. To this end, we carried out qualitative-exploratory research based on bibliographic and documentary research, carried out in books, scientific articles, as well as course completion works available on Google Scholar, in addition to legal documents that govern Brazilian education, issued through from the Ministry of Education – MEC, and field research, through a questionnaire applied to five teachers from the 1st to 5th year of a municipal public school in Açailândia-MA. In general, the study showed highly relevant results related to the understanding of playfulness so that such use in pedagogical applications contributes to the inclusion of students with disabilities, providing their integral development, eliciting better attention, motivation and positive learning reactions.

Keywords: Inclusive Education. Playfulness. Students with disabilities. Teachers.



SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A FORMAÇÃO DE EDUCANDOS (AS)	13
2.1 Conceituando Educação Inclusiva.....	14
2.1.1 Exclusão e Inclusão no Espaço Escolar	17
2.1.2 Deficiência e identidade	19
2.1.3 Educação Especial e Educação Inclusiva	22
3. O USO DO LÚDICO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	26
3.1 O que é ludicidade	27
3.2 As práticas didáticas lúdicas e a educação inclusiva dos educandos deficientes.....	30
4. METODOLOGIA DA PESQUISA	34
4.1 Quanto a coleta de dados: instrumentos e procedimentos	34
4.2 Instituição educativa de realização da pesquisa.....	35
5. A LUDICIDADE E SUA APLICAÇÃO JUNTO AOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIAS DE 1º AO 5º ANO	38
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
8. REFERÊNCIAS.....	53



1 INTRODUÇÃO

A formação educacional no Brasil é realizada por meio da educação básica, que compreende Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio; cada etapa a ser realizada na vida do aluno tem objetivos a serem concretizados junto às habilidades e competências que este deve adquirir para a sua formação inicial.

O foco desta pesquisa dimensionou-se no âmbito da formação do educando para o Ensino Fundamental que contempla as dimensões de alfabetização-letramento de 1º a 5º ano, e com mais precisão às questões de educação inclusiva, de modo a contextualizar a importância da ludicidade nas práticas pedagógicas entre professor e aluno, e em específico os com deficiência.

A educação inclusiva requer da escola uma dimensão de ensino-aprendizagem mais dinâmica e com precisão nas necessidades de aprendizagens de cada aluno, de modo a contemplar uma adaptação curricular para assim promover o desenvolvimento real do educando. As adaptações curriculares se fazem necessárias devido as dificuldades que apresentam junto às deficiências expostas em seu movimento de ser e existir diferenciado dos outros.

A escola, em sua dimensão de ensinar, precisa estar atenta ao atendimento qualificado aos seus alunos, de modo a oferecer práticas educativas que desenvolvam todos os seus educandos em suas potencialidades. Com a formalização da educação inclusiva, faz-se necessário que os planos de aulas ofereçam práticas voltadas ao atendimento da realidade dos alunos nela inseridos para que assim as competências e habilidades descritas na Base Nacional Comum Curricular – BNCC sejam alcançadas.

O processo de ensino-aprendizagem através do lúdico tem como fundamento proporcionar aos educandos oportunidades de interação com os conhecimentos de cada componente curricular de maneira criativa, dinâmica e divertida, provocando assim, a interação educativa tanto com os conhecimentos a serem aprendidos quanto com o grupo em que faz parte desta interação.

Santos (2008) apresneta em seus estudos que através das atividades lúdicas em sala de aula o aluno pode realizar assimilações de valores, e dessa forma irá adquirir comportamentos, como também irá desenvolver diversas áreas de conhecimento, e dessa forma se exercitará em seus aspectos físicos e tão logo aprimorar também as habilidades motoras, mencionando ainda que a convivência do



educando junto a outras crianças de modo a ensinar-lhes os aspectos de dar e receber ordens, como também ao de observar, entender e seguir regras no caso de ter de aguardar sua vez para brincar, além da percepção do emprestar promovendo em si a dimensão de tolerância e respeito, e a partilha de momentos bons e ruins.

Dessa forma, o trabalho com o lúdico visa aproximar a criança de maneira divertida e atenciosa com o propósito de alcance previamente planejado para ser ensinado e aprendido, e assim tornar o educando motivado ao desenvolvimento de si mesmo com entusiasmo, alegria e conquista de conhecimentos.

Assim, a problemática concernente a este estudo foi: “Qual a importância e sentido do uso de práticas lúdicas no processo de ensino-aprendizagem dos educandos deficientes de 1º a 5º ano do Ensino Fundamental?” Esta investigação compreende que pesquisar educação inclusiva e ludicidade, no âmbito das práticas de ensino-aprendizagem significativa, proporciona uma reflexão que busca compreender a realização real destas ações em sala de aula junto aos educandos com deficiências.

O objetivo geral da pesquisa focou em analisar a importância e sentido do uso de práticas lúdicas no processo de ensino-aprendizagem dos educandos deficientes de 1º a 5º ano do Ensino Fundamental. E ainda, são objetivos específicos, realizar uma breve revisão de literatura sobre educação inclusiva na formação do educando; compreender a ludicidade como um instrumento relevante para que a educação inclusiva aconteça; refletir acerca da compreensão de professores e professoras de uma escola pública municipal de Açailândia sobre a relação entre o uso da ludicidade e a concretude da educação inclusiva.

Quanta à metodologia, trata-se de uma pesquisa qualitativa-exploratória, pois procurou estudar os fatos apontados de modo a não interferir na realidade destes, mas observando os aspectos nela existentes, e assim compreender o fenômeno social e comportamento humano que transcorrem em si. A pesquisa é realizada por meio de um estudo de campo e diversas leituras bibliográficas que tratam da temática abordada. Inicialmente leu-se diversos registros teóricos e descrições de artigos científicos sobre ludicidade e aplicações de práticas pedagógicas junto aos educandos com alguma deficiência, e logo após aplicou-se uma pesquisa de campo a qual foi dimensionada pela aplicação de um questionário com perguntas abertas, e que os professores da escola pública responderam conforme o entendimento e prática que



trabalham na escola junto aos alunos com deficiências.

Esta pesquisa é considerada de grande importância, pois evidencia o tratamento de discussões significativas sobre o fazer pedagógico criativo, ativo e responsável, com foco no desenvolvimento dos alunos com deficiências, os quais necessitam receber constantemente uma prática mais viável de alcance ao desenvolvimento de suas habilidades e competências. Para tanto se faz coerente que a escola e os professores estejam atentos ao trabalho satisfatório dessas realizações, e uma das opções pedagógicas que podem ser proporcionadas como instrumento de aplicação que possa instigar a motivação, participação e interação significativa é a ludicidade.

No primeiro capítulo iremos trabalhar sobre a educação inclusiva e a formação de educandos (as), na formação de educandos(as) atuar em um contexto inclusivo, é essencial que os profissionais da educação desenvolvam habilidades e competências específicas. Também iremos trabalhar as práticas didáticas lúdicas e a educação inclusiva dos educandos deficientes a ludicidade e sua aplicação junto aos alunos com deficiências de 1º ao 5º ano.

Este estudo foi alinhado através de diversas fundamentações teóricas que contribuíram para o desenvolvimento do mesmo, e dentre os autores inspiradores para os conhecimentos adquiridos e dialogados ao longo do mesmo, cita-se: os documentos legais que regem a educação brasileira como: a Lei de Diretrizes e Bases da educação – LDB, Clarisse Fleiger, Vygotsky, Mourão, Lima e Mantoan.

Através deste estudo, tanto educadores quanto aqueles que se interessam por estes pontos de discussões no meio educacional – pessoas preocupadas em realizar uma melhor ação pedagógica e também uma transformação nas práticas didáticas, de modo a promover o desenvolvimento dos estudantes, principalmente os que apresentam alguma situação de deficiência – poderão rever suas metodologias de ensino-aprendizagem e os efeitos delas, bem como a visualização e reflexão de transformação, mediante aquilo que não está surtindo o efeito almejado e correspondendo a efetivação dos direitos de aprendizagens dos estudantes.



2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A FORMAÇÃO DE EDUCANDOS (AS)

O acesso à educação no Brasil é um direito concedido a todos os cidadãos, isso significa expressar que todo cidadão brasileiro tem direito inalienável a cursar uma formação básica e desenvolver competências e habilidades para que o educando possa realizar o seu exercício de cidadania na sociedade. Nesta perspectiva, de acordo com a Constituição Brasileira:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988).

Nestes termos, o processo educativo deve ser oferecido com qualidade, dinamicidade, acompanhamento e responsabilidade a todo cidadão brasileiro, independentemente de sua condição humana, social, física e psicológica, ou seja, todos têm direito ao acesso, permanência e formação educacional na escola, de modo a serem preparados para a atuação na vida social, econômica e familiar.

De tal modo, os estudantes com deficiência possuem esse direito de acesso junto a todos os demais alunos, e, portanto, devem receber um processo qualificado e adaptado às suas condições de ser e existir mediante as deficiências que possam apresentar. Nesta dimensão educativa, o ideal é que a escola tenha um corpo docente capacitado e qualificado para construir planos de aulas coerentes com sua turma, e tão logo que atendam aos alunos com deficiências, e mais do que isso, que sejam planos educativos com metodologias que de fato alcancem e desenvolvam as habilidades e competências de todos.

Assim, para que a educação atenda a todos os educandos, sem aspectos de exclusão, e que nenhum aluno fique ou se sinta à margem do processo educativo, a escola deve estar atenta à promoção de didáticas e metodologias que de fato colaborem para o ensino-aprendizagem do corpo discente, ainda que sejam necessárias adaptações. Com isso, como forma de compreender melhor esta dimensão, faz-se necessário uma breve conceituação da Educação Inclusiva.



2.1 Conceituando Educação Inclusiva

O processo educacional é uma ação formativa que deve proporcionar aos educandos oportunidades de aprendizagens, e através destas, desenvolver as habilidades e competências que um cidadão deve receber em dimensões básicas para atuação ao longo de sua vida em qualquer aspecto da sua convivência em sociedade.

Nestes termos, é muito importante que o fazer educativo esteja atento, com muita precisão, às necessidades educacionais de todos os educandos, ou seja, que haja igualdade e equidade no processo de realização, de modo a considerar as especificidades particulares de cada estudante, principalmente aqueles alunos com deficiência, já que requerem ações didáticas mais específicas às necessidades que se encontram.

Desse modo, esse tópico discursivo irá tratar de forma mais direta as dimensões do ensino inclusivo, suas formas de atuação e definições, como intervenção significativa a ser aplicada na escola, pois só se pode colocar em prática aquilo que se tem conhecimento com propriedade. Cabe assim, uma escola adequada a todos que nela se matricularem, um espaço educacional coerente a atender as pessoas que nela adentrarem, um processo educativo caracterizado por metodologias que atendam às necessidades educacionais dos seus educandos, professores dinâmicos e atentos às particularidades de cada aluno que prestam atendimento, para uma ministração de aula-atividade acessíveis, enfim, uma educação que seja inclusiva e não exclusiva.

Nesta discussão de escola com características de inclusão, é importante destacar a argumentação de Santos, Voltarelli, e dos Santos (2016, p. 3), os quais apontam que a educação inclusiva em sua dimensão de atuação, pode ser definida como um processo educativo que é direcionado por um princípio fundamental, que atende a todos sem aspecto de exclusão. E sendo assim, compreendem que as escolas inclusivas apresentam um modo de constituir o agrupamento educacional. O modo a ser considerado é um olhar sobre as dimensões específicas de todos os estudantes, a fim de desenvolver as potencialidades destes.

A educação inclusiva deve ser posta em ação a fim de atender a todos os educandos da escola com precisão, qualidade e criatividade, de modo a incluir e não deixar à margem, de colocar todos os envolvidos em uma dimensão de processo



interativo dos conhecimentos a serem compartilhados, e tão logo de promover uma visão que vai além do respeito às diferenças, e assim trabalhar o aspecto da compreensão.

O Ministério da educação (Brasil, 2001, p. 39), compreende a Educação Inclusiva como uma modalidade da educação escolar no qual há um processo educacional definido em uma proposta pedagógica, e assim possa assegurar um conjunto de recursos e serviços educacionais com materiais pedagógicos inclusivos, que funcionem organizados.

A Educação Inclusiva, por sua vez, conforme explica Uchôa (2022, p. 8), “parte do princípio de que a educação é um direito de todas as pessoas, pautada na ideia de uma escola em que é possível o acesso e a permanência de todos os alunos e alunas”; e essa dimensão educativa deve ser realizada por meio de práticas que possam restringir qualquer tipo de barreira que possa impedir a aprendizagem, e dessa forma, ainda possam valorizar as diferenças existentes numa dimensão de diversidade social e cultural, e com isso, mediante tais práticas postas na realidade do processo de ensino-aprendizagem, proporcionar o diálogo intercultural.

O fato é que para ser chamada de educação inclusiva, não basta somente ter a matrícula efetivada e tão logo frequentar a escola, mas que tenha no currículo da instituição educativa e nos planos de aulas a adaptação curricular, que de acordo com o Ministério da Educação, “trata-se de estratégias de planejamento como forma de atuação docente que venha a responder as necessidades de aprendizagem de cada aluno” (Brasil, 1995, p. 47). Isso significa expressar o pleno respeito ao que o aluno/a deve aprender, como e qual pode ser a melhor metodologia de ensino-aprendizagem a ser posta em ação.

A adaptação curricular na sala de aula tende a funcionar não como uma situação de exclusão, mas de aspecto inclusivo, ou seja, o/a professor/a deverá, ao planejar suas aulas, observar as necessidades educacionais dos educandos com deficiências e adotar o conteúdo a ser trabalhado como a necessidade da criança em questão. E sendo assim, essa adaptação curricular, dependendo da deficiência e do grau apresentados pela criança, o docente poderá construir atividades menos complexas, que envolvam o conteúdo e as diretrizes pedagógicas de atendimento, contribuindo para a participação desta em sala de aula junto aos demais alunos.

Quanto ao que rege a legislação brasileira a educação inclusiva necessita ser trabalhada de modo a contemplar todos os alunos nas salas de aulas regulares, e



cada escola realizar o devido atendimento a ser concedido a estes alunos, sempre no intuito de promover a inclusão. Esta inclusão perpassa pelos aspectos políticos, técnico-científicos, pedagógicos e administrativos, de acordo com as Diretrizes Curriculares para a Educação Especial (2001).

Quantos aos aspectos políticos, as escolas devem assegurar a matrícula para todos os alunos, independentemente de qual seja a sua situação de apresentação como ser humano, com ou sem deficiência; e que dessa forma as escolas ainda devem estar organizadas para o atendimento a ser prestado, deixando bem claro que deve haver recursos pedagógicos inclusivos para a realização e a formação de pessoas para atender as demandas existentes.

Os aspectos técnico-científicos e as Diretrizes Curriculares são considerados essenciais à formação dos professores, numa visão de preparação para o atendimento à diversidade, e que estes docentes devem comprovar por meio do Ensino Médio ou Ensino Superior que foram incluídos em suas formações, conteúdos temáticos que preparam o professor para a percepção das necessidades educacionais que os alunos deficientes apresentam, como também a compreensão do que seja uma flexibilização de ações pedagógicas, e isso nas mais variadas situações de conhecimentos.

E ainda, questões relacionadas ao processo de avaliação contínua e que sejam consideradas eficazes e ainda uma dimensão formativa no que diz respeito ao trabalho em equipe, em que professores de salas regulares saibam interagir em um trabalho educativo com professores especializados no contexto da educação especial.

A respeito dos aspectos pedagógicos, a escola deve estar atenta às necessidades de aprendizagens de todos os alunos, de modo a desenvolver as mais variadas estratégias de trabalho que sejam necessárias à formação dos seus educandos, proporcionando a estes o acesso ao currículo.

Essa visão de atendimento tem como fundamento também, que a escola não esteja focada apenas na deficiência do educando, mas que proporcione condições de aprendizagens que não enfatizem a sua limitação; que haja recursos e apoio, numa expectativa de sucesso escolar. Isso significa que a escola deve funcionar ajustada ao atendimento da diversidade e não que o aluno se adapte aos padrões vistos como normais.



Em relação aos aspectos administrativos, a escola deve estar preparada em sua estrutura física para receber os mais variados tipos de alunos, com ou sem deficiências. Isso inclui o planejamento de infraestrutura, comunicação e processo de sinalização efetivado principalmente na utilização do sistema braile e de libras. Deve-se também desenvolver um trabalho educativo com as famílias e comunidade, que fomente o respeito e compreensão das diferenças, como também de igualdade e equidade.

Todos esses fatos apontam para uma escola que esteja política, técnica e pedagogicamente preparada para uma efetivação de ensino-aprendizagem inclusivo, e a partir de então, funcionar verdadeiramente como fator de inclusão na realidade. Feitos os apontamentos, considera-se importante fazer um paralelo entre exclusão e inclusão na escola.

2.1.1 Exclusão e Inclusão no Espaço Escolar

De maneira geral, discutir a dimensão inclusiva é falar sobre o que está sendo incluso em algo, valorizado, participativo, ou seja, está fazendo parte de um todo como os demais participantes. E falar de exclusão é dialogar sobre o que está fora, à margem, que não foi incluído. Dessa forma, quando se trata de educação exclusiva e educação inclusiva, fala-se, portanto, do processo educativo ao qual se pode ou não tornar inclusos todos os sujeitos que são matriculados, e isso infere em como a escola direciona a participação dos alunos em sala de aula e em todo o seu contexto escolar.

É importante compreender o contexto de inclusão. Sobre essa questão, Mantoan (2015, p. 32), em seus estudos relata que: “A inclusão total e irrestrita é uma oportunidade para reverter a situação da maioria de nossas escolas, as que atribuem aos alunos as deficiências que são do próprio ensino ministrado por elas”. Ou seja, já que há as deficiências apresentadas em diversos alunos, e a escola é consciente disso, faz-se necessário que também esteja atenta com responsabilidade a como realizar de forma concreta o atendimento desses educandos, de modo a promover a sua inserção no ensino-aprendizagem com significado.

Nestes termos, Mantoan (2015, p. 32), ainda relata que: “Sempre se avalia o que o aluno aprendeu, o que ele não sabe, mas raramente se analisa “o que” e “como” a escola ensina de modo que os alunos não sejam penalizados pela repetência, pela



evasão, pela discriminação – pela exclusão”. Isso implica em falar em uma postura educacional que não só se sabe da situação, mas que promove ações sobre isso pra poder tornar real o ensino, e para isso é preciso questionar os procedimentos, métodos e didáticas utilizadas, e assim nas falhas encontradas, atribuir novas direções positivas a serem realizadas, e sempre estar em constante avaliação para perceber se está ocorrendo desenvolvimento.

Neste sentido a valorização da pessoa humana dentro de sua apresentação, seja qual for o perfil, precisa ser acolhida com equidade. Incluir significa colocar junto, estar no mesmo ambiente com todos os demais participantes e participando de todas as ações ali efetivadas, sem dimensão de diferenciação no que tange aos aspectos de valorização e respeito de suas especificidades, seja qual for o perfil de apresentação no todo.

Nesta perspectiva, Lopes (2004, p. 11), explica ainda que: “Inclusão e exclusão estão articuladas dentro de uma mesma matriz epistemológica, política, cultural e ideológica”, e isso implica dialogar sobre a legislação, a qual a escola deve estar atenta, além dos comandos de orientação, no que se refere a como efetivar o trabalho de inclusão, principalmente, com relação aos alunos com deficiências. E ainda aos aspectos de trabalho de conscientização na comunidade, procurando sempre conscientizar a todos sobre o respeito às diferenças e à socialização de um plano de trabalho coerente ao atendimento de todos com equidade, valorização e respeito.

O processo de inclusão em que as escolas devem tomar para si como positivo é o de realmente incluir todos os educandos nas ações educativas e com análises de desenvolvimento real, ou seja, tornar concreta as ações de inclusão e assim garantir a realização das aprendizagens e desenvolvimento dos estudantes inseridos.

Dessa forma, Mantoan (2015, p. 28), expõe que: “A inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiências, e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral”. Essa fala reforça ainda que quando se trata de um processo educativo inclusivo, esta realização também não aborda somente os alunos deficientes, mas todos, e dessa forma proporcionar uma interação educativa significativa, uns aprendendo com os outros, entendendo suas dimensões de alcance e respeito como um todo.



As escolas, além de terem que realizar um planejamento coerente e responsável inclusivo, precisam proporcionar o atendimento especializado que corresponde a salas de Atendimento Especializado - AEE, o que envolve profissionais especializados nas mais variadas situações de atendimento inclusivo para aluno com deficiência, ou seja, nas mais diversas deficiências existentes.

Mantoan (2015, p. 40), salienta que “Na concepção inclusiva e na lei, esse atendimento especializado deve estar presente em todos os níveis de ensino, de preferência na rede regular, da educação infantil à universidade”. Esse atendimento especializado não é uma atividade prática a ser realizada somente na escola básica, ou seja, da educação Infantil ao ensino Médio, mas se estende às Universidades que também devem acolher esses estudantes com processo de inclusão.

Respalda-se também que o processo inclusivo requer respeito a todos, e que Mantoan (2015, p. 40), em seus estudos ainda explica que: “A escola comum é o ambiente mais adequado para garantir o relacionamento dos alunos com ou sem deficiência e de mesma idade cronológica”. Dessa forma, os professores precisam garantir um processo de igualdade-equidade, em que exclua todo tipo de exclusão que possa ocorrer, desde o olhar às ações a serem aplicadas, como também ao exercício das práticas a serem realizadas, bem como a construção de consciência entre os alunos sobre si e o todo, para que dessa forma não exista dimensão discriminatória, como também contribua para o desenvolvimento de todos.

2.1.2 Deficiência e identidade

Na sociedade podemos observar a existência de uma pluralidade de pessoas que vivem, convivem e se relacionam, de modo que cada uma é conhecida e reconhecida através de identidades, ou seja, por meio de formas de apresentações particulares, sejam adquiridas no seio familiar, sejam adquiridas na comunidade a qual faz parte.

Mantoan (2015, p. 33), identifica que “A inclusão e suas práticas giram em torno de uma questão de fundo: a produção da identidade e da diferença”. Dessa forma, entende-se a produção da identidade como uma criação do modo de ver e perceber o outro, e agregada a esta ideia tem-se as distinções de diferenças entre uma e outra pessoa, pelo o que e como se apresenta no mundo.



Conhece-se uma pessoa primeiramente pelas suas características físicas; posteriormente, pela proximidade, será conhecido o contexto subjetivo: modo de ser, agir, cultura impregnada e outras dimensões. Sendo assim, em dimensão externa, ao se olhar alguém e tomar proximidade em comunicação, será possível perceber mesmo com evidências pequenas, se possui ou não alguma deficiência, a partir de então se produzirá uma identidade a ela.

Mantoan (2015, p. 34), salienta que “Nessas orientações, entende-se a condição de deficiência como “fixada” no indivíduo. Como se fosse uma marca indelével, a qual só nos cabe aceitar passivamente!”. Isso significa compreender que a pessoa com deficiência tem em si uma situação deficiente não considerada uma pessoa normal como se apresentam os ditos normais, e que por esta razão há em si alguma diferença que provoca o olhar desta marca indelével, e sendo assim pode ser visto como pessoa que apresenta deficiência e logo precisará de alguma reparação, acompanhamento mais centrado e direcionado para poder viver e aprender no mundo, visto que se trata de uma deficiência não poderá ser apagada, eliminada, mas apenas tratada com mais especificidade para contribuir na melhoria de sua atuação social entre os outros, e assim desenvolver-se de modo a saber lidar com as situações às quais terá que enfrentar e vivenciar.

A identidade pode ser assim vista como um modo de ser, agir e interagir, uma forma de se apresentar, falar, pensar, ser; e dessa forma, é possível chamar as pessoas por um nome, e conhecê-la pela família a qual faz parte, como também pela comunidade a que pertence, e tão logo pela profissão a que exerce ou por alguma coisa que faça, pratique ou desenvolva em um determinado lugar. Enfim, a identidade é um conjunto de características que pode distinguir uma pessoa de outras e assim pode individualizar, particularizá-la em sua dimensão de ser e existir.

Ciampa (1987, p. 25), entende a “Identidade como metamorfose, ou seja, em constante transformação, sendo o resultado provisório da intersecção entre a história da pessoa, seu contexto histórico e social e seus projetos”. Essa dimensão construtiva como definição de identidade compreende que existe uma dinamicidade, um movimento que articula a construção de uma pessoa que perpassa pelos aspectos culturais e de vivência pessoal, e assim também por uma postura de atuação social; enfim, constitui-se uma dimensão de diferenciação, perfil e apresentação de si onde quer que esteja, vá ou atue como pessoa.



Nas ações educativas, o que o outro é e como se apresenta no mundo em suas condições de ser e existir, precisam ser olhados com mais precisão de tratamento didático, mais coerente, que assim possa promover a reflexão ativa de como considerar o outro em sua humanidade, e também de orientação ao respeito e inclusão que façam sentidos pra vida e não apenas por uma dimensão de olhar de fachada.

Mantoan (2015, p. 35), compreende que: “A diferença é produzida e não pode ser naturalizada, como pensamos, habitualmente, essa produção merece ser compreendida, e não apenas respeitada e tolerada”. Nesta percepção, o olhar ativo e educativo precisa trabalhar a construção de uma consciência para além do simples respeito e tolerância, mas de uma vertente humanizadora, no qual a identidade do outro seja acolhida como junção significativa de pessoas que possuem sim diferenças entre si, contudo, que além de respeitar e tolerar, também sejam aceitos e valorizados.

Mantoan (2015, p. 36), ainda traz em discussão, uma dimensão reflexiva que “Temos, então, de reconhecer as diferentes culturas, a pluralidade das manifestações intelectuais, sociais e afetivas; enfim, precisamos construir uma nova ética escolar, que advém de uma consciência ao mesmo tempo individual, social”. Desta forma, é preciso observar que mesmo se falando em processo de inclusão e respeito às diferenças, ainda se tem apenas um rótulo em muitos lugares e situações, haja vista que, muitos processos de inclusão ficam apenas na teoria ou nas abordagens dialogadas, e nas práticas não são de fato contextualizadas e consideradas.

Neste ensejo, a identidade está voltada ao reconhecimento das pluralidades, das culturas, de como o ser humano se apresenta em sua dimensão de comportamento, percepção da vida, traços de ações e apresentações de postura, tanto em dimensão individual como social; é ser reconhecido por algo que o identifica e que traz como marca de identificação, e que a qualquer momento pode sim também ser modificada, dependendo da sua adequação, ao que lhe for proposto ou imediatamente modificado como: ambiente, lugar, clima, situação religiosa e outros; já a deficiência está voltada a uma dimensão de ser e existir em situação de naturalidade, impressa em si de forma que não pode ser modificada em seu eixo natural, em sua condição de existência como ser humano, mas que pode ser trabalhada e amenizada através de aplicações que o conduza a tomar percepção de sua pessoa e assim desenvolver ou melhorar habilidades e competências para atuar



no meio social e em si mesmo. O fato é que tanto a identidade quanto a deficiência, devem ser refletidas de modo a compreender a aplicação do processo de inclusão com vista a igualdade e equidade.

2.1.3 Educação Especial e Educação Inclusiva

Diante de toda a exposição, cabe-nos agora trazer uma breve discussão da relação entre Educação Especial e Educação Inclusiva. Nestes termos, Brasil (2008, p. 16), identifica que: “A Educação Especial, por sua vez, é uma modalidade de ensino que realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os serviços e recursos próprios”; e neste prosseguimento de atendimento, tem-se ainda que estes alunos devem ser inclusos nas salas comuns como pertencimento da escola em sua forma regular diária de atuação.

Desta forma e nesta visão educativa, Brasil (1996, p. 19) explica que: “A Educação Especial é entendida como aquela que é oferecida em rede regular de ensino na qual estejam inseridos alunos que sejam identificados com alguma deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, e altas habilidades e superdotação”. Nesta visão, compreende-se que todos os alunos devem ser inseridos em um contexto de interatividade no mesmo ambiente (sala de aula regular), mesmo que haja entre eles aqueles alunos que apresentam deficiências, para assim ser contemplado o processo de inclusão escolar.

A educação especial trata do atendimento àquelas pessoas que tem em si alguma situação de deficiência, que geralmente pode ser caracterizada como: deficiência física, mental, auditiva, cegueira e/ou outras assim identificadas por laudos médicos. Dessa forma, o atendimento dessas pessoas pode ser realizado tanto na escola em período regular como também em contraturno em salas de Atendimento Educacional Especializado – AEE.

A sala de AEE funciona como uma sala de recursos nos quais os serviços prestados são realizados por meio de um profissional especializado na área, e dessa forma deve funcionar como um complemento de desenvolvimento das aprendizagens. Nesse serviço os alunos são atendidos com uma direção mais direcionada às suas especificidades, com os devidos recursos necessários ao seu desenvolvimento, os quais podem ser realizados tanto de maneira particularizada como em pequenos



grupos mediante as semelhanças das necessidades educacionais a serem atendidas.

As Diretrizes Curriculares Nacionais (2001, p. 11), mencionam que para o atendimento educacional especializado, tem-se a necessidade de que os profissionais sejam especializados conforme indica a orientação do Art. 59 em que cita: “Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para o atendimento especializado”. Dessa forma, nesta sala de atendimento especializado que também é chamada de sala de recursos, o profissional especializado deverá ter em seu atendimento pedagógico materiais de suporte que englobem todas as deficiências detectadas na rede de ensino que devem ser atendidas. Listas, cartilhas, equipamentos de auxílio e materiais pedagógicos próprios a cada deficiência como: jogo da memória para ensinar libras em Língua Portuguesa, lousa interativa, material Braille, Soroban e diversos outros materiais adaptados às necessidades de aprendizagens e desenvolvimentos destes educandos.

Por que é preciso olhar além da deficiência (identidade)? Este é um questionamento importante porque proporciona o pensar e repensar da ação educativa, e sendo assim, a escola através de sua equipe pedagógica, ao olhar os educandos precisarão observar com igualdade e equidade de tratamento didático, que além de uma deficiência (identidade) a que esses alunos são reconhecidos em sua dimensão de pessoa, eles também são humanos que têm percepção e sentimentos, e que logicamente de alguma forma sentem ou podem sentir quando de fato está havendo só um faz de conta ou uma valorização o qual sejam envolvidos, inclusos, façam parte do todo.

Um outro ponto a ser avaliado é: Como a educação especial se articula para efetuar a exclusão? Uma possível resposta está centrada na fala de Mantoan (2015, p. 62): “A inclusão é uma inovação que implica um esforço de modernizar e reestruturar a natureza atual da maioria de nossas escolas”. É assim repensar ação educativa, em que primeiro se olha as condições de identidade (deficiência) que os educandos se encontram, e tão logo preparar planos de aulas adaptados que os insiram no processo educativo junto aos demais sem efetivar diferenças, mas promovendo igualdade e equidade, inserção, inclusão.

Dessa forma, Mantoan (2015, p. 62), em seus estudos, ainda complementa o que fora supracitado, acrescentando que: “Isso acontece à medida que as instituições de ensino assumem que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas



resultam, em grande parte, do modo como o ensino é ministrado e de como a aprendizagem é concebida e avaliada”.

Sendo assim, a grande questão para essa articulação em evitar-se a exclusão e efetivar a inclusão é preparar planos de aulas com metodologias e didáticas que proporcionem o acompanhamento desses educandos em participação ativa na sala de aula com os outros educandos, e para isso os professores devem estar melhorando e aperfeiçoando suas didáticas cada vez mais, e uma das dimensões aqui apresentada é o trabalho com a ludicidade e que todos os educandos podem participar em comum interação, através de aspectos lúdicos pela música, movimentos, desenhos, imagens, jogos e tantas outras opções existentes.

E para fechar as discussões deste tópico, coloca-se ainda: São dimensões contrárias ou articuladas? Quem tem direito às salas de educação especial? Quando se trata da sala de aula no ensino regular, as dimensões pedagógicas a serem postas em práticas devem ser articuladas entre todos os alunos, não deve conter diferenciação explícita, mas uma condução metodológica em que se pode realizar o processo de inclusão num todo, ainda que a deficiência do educando seja bem difícil de ser trabalhada, o professor pode estar articulando planos de aulas em que em momentos comuns diversos e aqui se aconselha os aspectos lúdicos, os estudantes sejam tratados metodologicamente numa mesma dimensão de ensino-aprendizagem, e que após esta atuação, apenas determinadas atividades individuais sejam adaptadas à condição humana do aluno que apresenta deficiência.

Sobre os direitos e também acesso a escola, como prática a ser respeitada a todos, Mantoan (2015, p. 39), explica que: “A Constituição Federal não usa adjetivos; assim, toda escola deve atender aos princípios constitucionais, não podendo excluir nenhuma pessoa em razão de sua origem, raça, cor, idade ou deficiência”. Portanto, as dimensões de ensino-aprendizagem e de tratamento com respeito, igualdade e equidade devem ser priorizadas, de modo a articular entre todos os alunos de forma comum e coerentemente planejada.

Sobre quem tem direito de acesso às salas de educação especial, trata-se do Atendimento Educacional Especializado – AEE, a qual funciona de modo a proporcionar aos educandos deficientes uma oportunidade de melhor desenvolvimento, complementando o que já recebe em sala de aula normal, no entanto, com aspectos metodológicos mais voltados às especificidades de cada



deficiência. Sobre este atendimento das salas de AEE, Mantoan (2015, p. 39), explica quais e como podem ser: “O “preferencialmente”, refere-se a “atendimento educacional especializado”, ou seja, o que é diferente no ensino para melhor atender às especificidades dos alunos com deficiências”.

Nesse sentido, a reflexão desses direitos expostos na lei sobre as salas de Atendimento Especializado, trata-se de atendimentos específicos em contraturno para assessorar de forma plausível aqueles alunos deficientes que necessitam de mais acompanhamento e exclusividade, dentre eles: os que fazem uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras), como também do código braile, dentre outras ferramentas e recursos de informática que precisam ser metodologicamente tratados em turno diferente do contexto normal da sala de aula com todos os outros alunos. Nestas salas é possível encontrar diversos materiais lúdicos que ajudam no desenvolvimento dos alunos; compreendendo-se também, que tais recursos podem fazer parte do ambiente da sala de aula considerada normal.



3. O USO DO LÚDICO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Tendo em vista a complexidade do processo educacional junto aos educandos do Ensino Fundamental e em destaque neste estudo os alunos com deficiências, é compreendido que as práticas lúdicas podem funcionar como ações significativas e necessárias junto ao processo de ensino-aprendizagem. Nesta idealização de ensino, Lima (1991, p. 61), aponta que “Atividade lúdica é uma importante fonte ao educador, trazendo informações sobre os interesses de seus alunos, suas interações, suas habilidades de adaptações as regras etc.”. Isso significa entender que aulas-atividades com didáticas de ludicidade promoverão o despertar dos alunos para aprender e desenvolver-se em cada conhecimento a ser adquirido.

As atividades por serem lúdicas, ou seja, por expressarem os conhecimentos nelas através de brincadeiras/jogos, expressam nos educandos também vontade de participarem da aula com mais firmeza, atenção e motivação; principalmente quando criança, pois nesta faixa etária o educando emite valor às coisas e atos que lhe dão prazer, que neste caso, seja pelo ato de brincar, seja jogar com o conhecimento, já produz uma dimensão de alcance muito expressiva junto aos conteúdos que devem ser trabalhados ou das habilidades a serem adquiridas.

Neves (2010, p. 14), entende e expressa através de seus estudos que “O papel do professor em sala de aula deve ser o de mediador, ele é a referência do aluno e precisa desenvolver atividades diversas, atraentes, divertidas, diferentes, saindo da rotina pedagógica centralizada na cognição”. O entendimento real da ação docente com didáticas lúdicas promove a qualidade da aula e atrai o aluno para a aprendizagem, e essa prática deverá ser exercida através do uso de recursos que assim possam resultar na melhoria, como também na qualidade do ensino-aprendizagem oferecido. Nesse entendimento o processo vai adquirindo um excelente resultado tanto na aprendizagem dos alunos como nas ações de planejamentos.

Ainda fazendo uma correlação desta dimensão de atuação pedagógica, o entendimento entre prática e teoria se faz fundamental, e Almeida (1994, p. 32), explica que: “Educação lúdica integra uma teoria profunda e uma prática atuante. Seus objetivos, além de explicar as relações múltiplas do ser humano em seu contexto histórico, social, cultural, psicológico, enfatizam a liberação das relações pessoais”, e nesta perspectiva, compreende-se as técnicas para as relações reflexivas a serem



suscitadas, e tão logo criadoras, como também socializadoras, e assim deverá fazer uma intermediação positiva entre o ato de educar e o compromisso consciente intencional, promovendo esforço como também prazer.

Com isso, no próximo tópico iremos discutir sobre a ludicidade, qual a sua importância e perspectivas no meio educacional como inclusão.

3.1 O que é ludicidade

Ao se falar em ludicidade Luckesi (1998, p. 29), aduz que “a atividade lúdica é aquela que dá plenitude e, por isso, prazer ao ser humano, seja como exercício, seja como jogo simbólico, seja como jogo de regras”. E junto, encontra-se a esta dinâmica os jogos, que apresentam uma variedade enorme de possibilidades interativas tanto do aluno com o professor quanto dos alunos entre si.

Bacelar (2009, p. 26), sobre a ludicidade, define que: “Frequentemente, o jogo e a brincadeira são utilizados como sinônimos de lúdico. Vemos também, muitas vezes, o lúdico associado ao lazer, à satisfação, ao deleite, ao prazer”. Nesse olhar de definição, as ações lúdicas que se realizam através das brincadeiras e dos jogos, ou seja, aquelas que produzem um efeito de prazer e que há interação com algum movimento de algo ou com alguma pessoa trata-se de aspectos lúdicos, e é muito favorável e recompensador seu uso no fazer educativo.

A maneira lúdica de trabalhar os atos educativos pode alcançar profundamente a todos os educandos e em especial os alunos com deficiências, pois através dessas ações as crianças têm a oportunidade de interagir e refletir com o conhecimento. A ludicidade também promove o desenvolvimento psicológico, como também as articulações físicas, e contribui fortemente para o desenvolvimento da linguagem e do pensamento através de atividades, jogos, pinturas e brincadeiras lúdicas que promovem esses fatores.

Segundo Aragão (2007, p. 62): “O lúdico exerce um fascínio muito grande, uma vez que é inerente ao ser humano. E o que é melhor, sua parte alegre reporta-se aos momentos em que ele está feliz”. Nesta dinâmica de trabalho pedagógico o professor fará a criação, os planos de aulas e procurará agregar às melhores intervenções educacionais para serem repassadas aos educandos. O docente pode se utilizar de jogos ou brincadeiras que façam sentidos ao que deve ser transmitido.



O brincar é uma dimensão lúdica que produz envolvimento direto da criança com o conhecimento a ser aprendido, e assim uma intrínseca relação entre a ação de brincar e a aprendizagem. O lúdico torna-se, assim, uma proposta educacional para o enfrentamento das dificuldades encontradas no processo”. E nesta visão e propósito de interatividade prazerosa com o conhecimento é que o professor deve rever seus planos de aulas, didáticas e aplicações para assim oferecer aulas que sejam motivadoras aos seus alunos.

Bacelar (2009), explica que: “Sendo assim, no estado lúdico, o ser humano está inteiro, ou seja, está vivenciando uma experiência que integra sentimento, pensamento e ação, de forma plena”. E a partir disso, se pode refletir que há uma junção entre sentir prazer e fazer a ação, pois não podem estar separadas e sim funcionar numa mesma dimensão de realização. Compreendendo tais fatores é possível observar ainda que as sensações, associadas aos aspectos corporais, emocionais, mentais e sociais interagem entre si e proporcionam o sentir, o fazer e o aprender.

Quando o professor olha para turma e lista os nomes dos seus alunos, já possui um pré-diagnóstico de cada um e identifica suas características, pode com isso, elaborar um plano de aula mais eficaz voltado diretamente para a realidade da turma. As aplicações das metodologias compreendem sucesso nas ações que são previamente preparadas e articuladas às necessidades educacionais dos alunos. Os alunos com deficiências, quando vistos pelo professor na construção dos seus planos de aulas, já recebem uma dimensão inclusiva desde o planejamento, e as atividades podem ser dimensionadas de forma articulada às adaptações necessárias a serem realizadas, como também de metodologias lúdicas.

Os estudos de Bacelar (2009, p. 28), ainda apontam que “O lúdico tem um papel muito mais amplo e complexo do que, simplesmente, servir para treinamento de habilidades psicomotoras, colocadas como pré-requisito da alfabetização”. Esse entendimento leva a refletir sobre os efeitos da aplicação da ludicidade para além de um aspecto robotizado, ou seja, de apenas ver o aspecto material acontecimento, mas que a ação lúdica promove o experimentar do aluno consigo mesmo ao sentir a ação e realizá-la, como também de uma interação com o outro e o mundo e tudo isso de forma integrada. Quando a criança brinca, canta, movimenta-se, desenha, joga, ela vive, interage, sente, pensa e age, e tudo isso provocam desempenhos junto ao que



se está fazendo, visualizando, ouvindo ou realizando de forma real.

As atividades de ensino-aprendizagem na escola possuem objetivos de alcance nas aprendizagens, elas não são realizadas de qualquer forma, ou sem direcionamento ou foco, elas possuem propósitos e efeitos de realização a quem a pratica. Bacelar (2009, p. 30), expõe que “O conceito de atividade lúdica se diferencia do conceito de ludicidade que utilizo nesta pesquisa. A atividade lúdica é eterna ao indivíduo e pode ser observada e descrita por outra pessoa enquanto é realizada”.

Neste sentido, as atividades lúdicas são mais voltadas ao professor que está aplicando, visto que ele é o mediador da ação; e assim, a ludicidade estará mais centrada na pessoa que está recebendo a atividade lúdica, visto que ela receberá os efeitos do lúdico aplicado, vai sentir, fazer, interagir, e o professor ainda que esteja no contexto da realização será o observador, o avaliador dos aprendizados ocorridos na ação atribuída como atividade.

Sobre as atividades lúdicas e os efeitos de sua aplicação, os estudos de Vygostky colaboram bastante realizando explicações significativas ao entendimento da escola e dos professores para valorizarem as práticas e as realizarem com frequência como aspecto de desenvolvimento. Vygostky (1979, p. 45) em seus estudos, afirma que “a criança aprende muito ao brincar. O que aparentemente ela faz apenas para distrair-se ou gastar energia é na realidade importante ferramenta para o seu desenvolvimento cognitivo, social e psicológico”. Dessa forma, toda brincadeira ou movimento realizado pela criança, expressará nela uma direção de aprendizado que consciente ou inconscientemente proporcionará um determinado desenvolvimento, por isso é tão importante a prática lúdica evidenciada na escola como instrumento didático aos alunos.

Quando o professor prepara uma aula na qual envolve brincadeiras e coloca as crianças para realização destas práticas, ele proporciona a interação ativa e ainda um objetivo a ser atingido. Neste pensamento, Vygostky (1998, p. 126), orienta que “é no brinquedo que a criança aprende a agir numa esfera cognitiva, ao invés de uma esfera visual externa, dependendo das motivações e tendências internas, e não pelos incentivos dos objetos externos”. Isso salienta que o professor pode falar e explicar verbalmente bastante para a criança o que ela irá aprender, mas somente na experimentação. Na aproximação concreta em produzir movimentos e interação ativa é que ela vai conseguir sentir e externalizar o que aprendeu através da sua



espontaneidade, através do seu envolvimento.

Esse contexto de discussão sobre o interagir lúdico e a aprendizagem da criança têm grande valia junto à teoria de Vygostk (1979, p. 45), quando expressa que “é a distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, pelo nível de desenvolvimento potencial determinado através da solução de problemas sob orientação de um adulto”. E tendo em vista que as práticas lúdicas ocorrem exatamente para o que descreve esta teoria, elas são de grande importância para o desenvolvimento da criança, de modo a proporcionar aprendizado real, visto que, já disposta em si de conhecimentos prévios, sua atuação prática a envolverá ainda mais com outros conhecimentos e dessa vez com movimentos, praticidade com ludicidade, e ainda com uma mediação de orientação bem articulada.

3.2 As práticas didáticas lúdicas e a educação inclusiva dos educandos deficientes

Os alunos com seja qual for as suas deficiências, precisam ser atendidos com situação de adaptação curricular, ou seja, transformar o conteúdo a ser direcionado a uma linguagem, ação ou expressão que possa ser entendida pelo educando e assim colaborar com seu pleno desenvolvimento de forma positiva.

Os alunos considerados deficientes são aqueles que possuem deficiências do tipo: físico-motora, mental/intelectual, auditiva, visual. As deficiências apontadas podem ser atendidas pela escola junto aos alunos da sala regular com um professor que tenha plena disponibilidade de construir planos de aulas coerentes a cada deficiência identificada, e também receber atendimento no contraturno nas salas de Atendimento Educacional especializado – AEE. Observe o que diz a lei:

A lei de Diretrizes e Bases da Educação Especial Nacional nº 9394/96 diz que: A modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. Haverá, quando necessário serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas do aluno, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

Com todos os apontamentos já discutidos sobre o que seja o processo



educativo no Ensino Fundamental e tão logo a identificação de educação inclusiva, o aspecto de educação lúdica discutido neste item, chama a atenção da escola e dos educadores para uma dimensão de análise sobre as práticas metodológicas a serem aplicadas junto aos educandos, e que neste caso relaciona a ludicidade.

Na Educação Inclusiva, o lúdico tem como objetivo proporcionar aos educadores uma compreensão e significado quanto a importância das atividades lúdicas, de modo a elaborar aulas dinâmicas, significativas e participativas. Esse diálogo orientador, compreende ainda que a prática do lúdico deve ser realizada com dimensões de intencionalidade, como também de objetivos, para que não se torne somente um passatempo, mas uma ação didática que chama a atenção do aluno para o desenvolvimento de habilidades e competências a serem aprendidas. O educador deve colocar intencionalidade e objetivos na sua ação didática em relação ao desenvolvimento e a aprendizagem do aluno, pois os conteúdos podem ser ensinados por meio de práticas lúdicas desenvolvidas.

A fala de Yoshida (2018, p. 10), orienta que a aprendizagem é uma ação individual, particularizada, mas que todos os seres humanos são capazes de aprender. E quando se trata de crianças deficientes, cada uma com sua identidade apresentada devido a deficiência que tem, pode também estar se desenvolvendo, embora apresente dificuldades; como exemplo cita que as crianças com deficiência visual e auditiva, podem estar desenvolvendo tanto a linguagem como o pensamento conceitual; menciona ainda que aqueles que têm deficiência mental, mesmo enfrentando mais dificuldades para se alfabetizar, também são capazes de desenvolver tanto a oralidade quanto o reconhecimento dos sinais gráficos, e que mediante essa visão se faz necessário compreender e valorizar a diversidade, o estímulo às crianças; bem como, que o processo avaliativo deve contemplar uma dimensão de análise ao avanço deste aluno sem critérios de comparação.

O processo de inclusão é muito importante em todas as dimensões de existência, lugares e atuação, pois o ser humano, independentemente de sua forma e jeito de ser e existir precisa ser tratado com respeito. Nas escolas, esse processo deve ser realizado de modo a superar cada vez mais os atos de exclusão, e assim, proporcionar aos educandos atos de aprendizagens não somente ligados ao cognitivo, mas também ao respeito quanto às diferenças do outro.

Karla e Massolin (2020, p. 14) sobre a dimensão de atos de inclusão discutem



que: “A inclusão escolar leva em consideração a pluralidade das culturas, a complexidade das redes de interação humana. Não está limitada à inserção de alunos com deficiências nas redes regulares de ensino”. Isso implica falar que incluir não é simplesmente acolher, matricular as crianças com identidade de deficiência, mas realizar de fato atividades concretas que promovam a interação de todos os alunos ali ambientalizados para compartilhar conhecimentos. É muito importante essa expressividade, tendo em vista que esse direcionamento não fica também ligado só a sala de aula quanto a situação de aprendizagens cognitivas, mas também de pluralidade de culturas.

Desse modo, quando se trata de Educação Inclusiva, os alunos que fazem parte da educação são contemplados, e as aulas-atividades lúdicas devem lhes ser favorecidas com muito empenho e estratégias previamente planejadas.

Na escola, os alunos deficientes podem ser atendidos com a dinâmica da ludicidade em suas dificuldades de acesso ao conhecimento; e dessa forma, o professor realizando uma boa adaptação curricular nas aulas-atividades quanto a especificidade da necessidade educacional do educando, o seu desenvolvimento pode ser potencializado. Fleiger (2020, p. 6) expressa que “assim, o aluno aprende brincando e influenciando com o meio, colaborando para a ampliação do imaginário, proporcionando assim expressar seus sentimentos, suas aprendizagens, suas angústias, anseios que perfuram seu cotidiano”. Esse entendimento leva a compreender que a aplicação lúdica através do brincar, coopera bastante no desenvolvimento da criança desde o aprender algo externo quanto a expressar-se em suas dimensões de sentir e agir, ou seja, explana suas emoções.

SILVA e ALBRECHT (2020, p. 18), ainda explicam que “O lúdico facilita a metodologia do professor de educação especial, pois o ato de brincar é prazeroso para a criança, contribui para a socialização, facilita a integração, contribui muito para aprendizagem”. Assim, através de uma didática lúdica, o aprendizado da criança com deficiência pode ser facilitado, alcançado com mais rapidez, com mais frequência e satisfação; e dessa forma, certamente contribuirá para o seu pleno desenvolvimento e o alcance concretizado dos objetivos almejados nos planos de aulas, quanto as habilidades e competências a serem adquiridas pelos alunos.

O ensino-aprendizagem através de ações lúdicas é importantíssimo e fundamental ao processo educativo, porque contribui significativamente para a



qualidade do ensino e para o envolvimento dos educandos, de modo a contribuir intensamente para o seu desenvolvimento escolar em todos os aspectos de sua integridade humana.



4. METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa tem característica qualitativa-exploratória, em dimensão pesquisa de campo e bibliográfica com aplicação por meio de um questionário. É qualitativa por tratar-se de uma abordagem que estuda aspectos subjetivos sobre fenômenos sociais; considerada como pesquisa de campo, pois compreende uma ação concreta em uma escola na qual os professores receberam questionários para responder a determinados questionamentos que lhes foram apresentados; e bibliográfica, porque foi realizada a leitura reflexiva de vários autores e documentos do Ministério da Educação para fundamentação do estudo. Rodrigues (2016) em seus estudos explica que a abordagem qualitativa dimensiona um processo no qual há uma compreensão de um caminho aberto em que é feito e também refeito em decorrência de um trabalho investigativo,

Este estudo é apresentado como pesquisa de campo porque procurou aplicar um questionário aos professores que possuem alunos com deficiências do 1º ao 5º ano, de modo que pudesse ser observado como funcionam as ações didáticas que contemplam o uso do lúdico.

A pesquisa foi constituída, portanto, por meio de um questionário composto por 6 perguntas aos professores responsáveis pelas turmas dos alunos contemplados, sobre as práticas didáticas realizadas em sala de aula, e foi aplicada aos professores do 1º ao 5º ano em que existem alunos deficientes matriculados.

4.1 Quanto a coleta de dados: instrumentos e procedimentos

A pesquisa foi realizada em um período de três meses, de maneira que dentro deste tempo foram lidos diversos materiais bibliográficos, e em seguida fora aplicado o questionário. Esse período consistiu na leitura de referencial teórico, elaboração do questionário aplicado e efetivação deste com os professores, a fim de que pudessem ser contempladas as ações didático-lúdicas junto aos estudos do planejamento e práticas concretas dos professores. Após aplicação do questionário, os resultados colhidos foram para as discussões necessárias e apresentação das considerações finais.



4.2 Instituição educativa de realização da pesquisa

A pesquisa foi aplicada numa escola pública municipal localizada no município de Açailândia - MA, no bairro Parque das Nações. Esta Unidade Escolar foi fundada em 30 de março de 1993 pelo prefeito Ildemar Gonçalves, na gestão do governador Edson Lobão e a Secretária de Educação do Estado Nerine Lobão e o Subsecretário regional de educação José de Ribamar Silva de Sousa. Foi também realizado o estágio do Ensino Fundamental – anos iniciais – na escola, onde foi aplicado o projeto de intervenção sobre “A ludicidade como instrumento no processo de alfabetização dos educandos”.

A instituição possui uma clientela correspondente à classe social baixa, a maioria dos educandos reside no bairro Jardim Aulida e dependem do transporte escolar para chegar até a escola, que atende os alunos que residem no bairro Parque das Nações em que está localizada a instituição. Esta compreende um atendimento a 21 alunos com deficiências no âmbito escolar: 11 com deficiência intelectual, 1 com deficiência física, 2 com deficiência múltipla, e 7 com Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD/autismo). Todos possuem cuidador.

No turno matutino são distribuídos 14 alunos no Fundamental Menor; e 7 no Fundamental Maior, no turno vespertino; 6 deles precisam utilizar o transporte público da escola. Nenhum deles ainda conseguiu seu Benefício de Prestação Continuada - BPC, nem mesmo os professores são pagos com os 5% de garantia por cada aluno com deficiência. Na escola não tem sala de Atendimento Educacional Especializado - AEE, mas tem como polo a escola municipal Jesus de Nazaré, porém, infelizmente os responsáveis pelos alunos não os levam para fazerem o devido tratamento. Eles também não frequentam Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE. Todos eles possuem acompanhamentos clínicos, e a maioria precisa de medicações para poder ter controle emocional, físico, dentre outros.

A estrutura da escola é acessível apenas nos banheiros e na entrada, mas para se deslocarem para o pátio é bem complicado para quem tem deficiência física. Sobre o Projeto Político Pedagógico, não tem ações para este público-alvo, ele tem como referencial teórico-metodológico a Lei n. 9.394/96, (LDB), as Orientações Curriculares para os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental. A equipe gestora junto aos professores e à comunidade, elaboraram o Projeto Político Pedagógico da escola



municipal, em que o resultado de todo o trabalho é a obtenção de um documento que propusesse discutir e avaliar, como também aprofundar todo o sistema educacional da referida escola. A instituição tem como função principal respeitar e valorizar os conhecimentos prévios e as experiências vivenciadas no cotidiano dos educandos, bem como de suas respectivas famílias.

Sua missão é garantir um ensino de qualidade, de modo a garantir o acesso e permanência dos alunos, e dessa forma focar numa formação de cidadãos críticos e participantes, em que os estes sejam capazes de agir para transformar a sociedade. Sua visão consiste em ser uma escola de referência como também qualificada no processo de ensino-aprendizagem na cidade, primando assim pela qualidade, equidade e criatividade no ensino que ministra, pelo trabalho participativo, como também eficaz, e inovador. Desta forma ser responsável pelo pleno desenvolvimento de sua equipe, respeitando seus alunos, os pais e a comunidade escolar num todo, com o intuito de contribuir para uma sociedade em que se possa efetivar o princípio da igualdade.

As dependências da escola contam com 9 salas no turno matutino (Ensino Fundamental I - 1º ao 5º Ano), 9 salas no turno vespertino (Ensino Fundamental II - 6ª ao 9º Ano e EJA), 1 sala dos professores, 1 cozinha e 1 refeitório grande coberto com mesas e bancos. Não possui quadra esportiva, tem um pátio grande interno coberto com mesas e cadeiras do refeitório também. Externamente conta com um espaço bem grande com árvores frutíferas, mas não utilizados para o intervalo, somente para atividades específicas, como por exemplo: aula de educação física.

Possui ainda, 1 secretaria, 1 sala de gestão, 1 de supervisão, 1 sala de leitura bem pequena que possui uma profissional que realiza as atividades neste ambiente e cada dia uma turma vai para lá ler histórias, ver encenações e pegar livros. O turno matutino conta com 9 salas de aula, do 1º ao 5º ano, sendo o 1º ano único, dois 2º anos, dois 3º anos, dois 4º anos e dois 5º anos. Totalizando 9 salas de aula, no turno vespertino que atende do 6º ao 9º ano é a mesma divisão. Duas salas para cada segmento sendo apenas um 6º ano único. O quadro de professores é formado por 27, distribuídos nos turnos de funcionamento da instituição, sendo no turno matutino 14 professores e no turno vespertino 13. Nas turmas de aplicação da pesquisa perpassa um R1 e dois R2.

Destaca-se que essa pesquisa de campo foi bem desafiadora, pois quando se



trata de inclusão, nem todos sabem falar ou acham que sabe. Houve muitas resistências por parte dos professores para responderem ao questionário, a maioria preferiu levar para suas casas e responder, e outros simplesmente não quiseram responder. Foi possível aplicar somente 5 questionários, sendo 2 do 4º ano, 2 do 2º ano e 1 do 5º ano; no 1º ano a professora não quis participar e havia 2 alunos que, por uma avaliação prévia, ainda estão sendo diagnosticados pelos devidos profissionais, mas sem nenhum apontamento concreto ainda. No 3º ano não estuda nenhum aluno com deficiência, porém, a professora é bem capacitada; e caso houvesse alunos ela estaria preparada para atendê-los e proporcionar um ensino de qualidade realmente inclusivo.



5. A LUDICIDADE E SUA APLICAÇÃO JUNTO AOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIAS DE 1º AO 5º ANO

A distribuição dos dados da pesquisa, colhidos através do questionário, foi apresentada por meio de tabelas. Os dados correspondem a dados-perfis dos participantes, considerados significativos no processo, também estão dissertados através de tabelas.

Tabela 01: Identificação dos participantes da pesquisa por sexo

Identificação do sexo	Resultado
Masculino	20%
Feminino	80%

Fonte: Autoria própria

A tabela de número 01 apresenta que a maioria dos participantes é mulher, e a minoria homem. Portanto, é possível observar que sobre o quadro funcional, a metade dos professores é constituída por pessoas do sexo feminino.

Tabela 02: Idade dos participantes

Identificação da faixa etária	Resultado
20 anos	0%
Entre 20 e 30 anos	10%
Entre 30 e 50 anos	20%
Acima de 50 anos	60%

Fonte: Autoria Própria

A tabela 02 mostra que os participantes da pesquisa possuem entre 30 e 50 anos de idade. E uma parte bem considerável acima de 50 anos. Dessa forma, é possível observar que nesta escola os professores responsáveis por salas de aulas do processo educativo do segmento de 1º ao 5º ano são pessoas com idades já bem avançadas, e com uma percepção de experiência de vida nas relações humanas e entendimento da vida.



Tabela 03: Tempo de atuação como professor (a)

Identificação do tempo de trabalho	Resultado
5 anos	0%
Entre 5 e 10 anos	0%
Entre 10 e 20 anos	20%
Acima de 20 anos	80%

Fonte: Autoria própria

A tabela 03 demonstra que 80% dos professores estão atuando há mais de 20 anos, ou seja, eles são classificados com uma vasta experiência profissional, pois possuem uma dimensão de tempo de trabalho acima de 20 anos de serviço já prestados à comunidade.

Pelos informativos da tabela, dentre os professores pesquisados, estes que já possuem um exercício e docência com mais de 20 anos, significa também que além da experiência e lida de sala de aula, esses professores certamente já se apresentam com um excesso de cansaço em sua rotina diária de trabalho, e isso de certa forma acaba por interferir em novas perspectivas de atuação no trabalho, principalmente as didáticas que requerem mais movimentos e criatividade constantes, como também paciência. No entanto, estão exercendo suas funções diariamente e planejadas.

Tabela 04: Identificação do ano-turma em que leciona

IDENTIFICAÇÃO DOS ANOS – SÉRIES	RESULTADO
Ciclo de alfabetização	40%
3º ano	0%
4º ano	40%
5º ano	20%

Fonte: Autoria própria

A tabela 04 mostra que 40% dos profissionais fazem parte do ciclo de alfabetização, ou seja, trabalham em turmas de 1º e 2º anos. Outros 40% trabalham nas turmas de 4º ano, e a minoria, 20%, trabalha em turmas de 5º ano.



Tabela 05: Quantitativo de alunos matriculados nas turmas

Quantitativo de alunos matriculados nas turmas	Resultado
20	0%
25	60%
30	40%
Acima de 30	0%

Fonte: Autoria própria

A tabela de número 05 destaca que 60% dos participantes possuem uma faixa de 25 alunos matriculados em suas turmas, ou seja, são profissionais que precisam estar ativamente atendendo essa quantidade de discentes com prestatividade, responsabilidade e qualidade de serviço diariamente; e entre eles encontram-se alunos com deficiências que necessitam receber um processo de ensino-aprendizagem bem planejado de modo a envolver a adaptação curricular.

Uma sala de aula lotada ou superlotada pode influenciar no âmbito do processo de aprendizagem de forma negativa. O contexto de informação sobre esse quantitativo nesta escola, apresenta que a maioria das turmas tem só 25%, o que chega a ser positivo para o professor, haja vista os alunos com deficiências. Em que cada aluno deverá ter para si – dependendo do grau e da situação de deficiência – um profissional, um cuidador no qual é responsável para estar sempre próximo do educando, ajudando-o a ter percepção das atividades para serem realizadas, como também para qualquer dimensão de cuidados básicos necessários. Dessa forma, o professor pode estar realizando o processo educativo e administrando toda a sua sala de aula com responsabilidade frente ao trabalho que precisa ser realizado.

Tabela 06: Quantitativo de alunos com deficiências nas turmas

Possibilidade de quantidade	Resultado
01	100%
02	0%
03	0%
Acima de 03 alunos	0%

Fonte: Autoria própria



O quantitativo de alunos com deficiências nas turmas é uma totalidade de apenas 1 por turma. Ou seja, em cada turma desta escola ano/série em que se trabalha, a gestão escolar procura distribuir igualmente os alunos entre os professores, colocando um em cada turma, de modo que possam realizar o atendimento educacional com eficiência.

Os tipos de deficiência existentes nas turmas têm como resultado um dado impressionante, os alunos com deficiências matriculados nesta escola no segmento de 1º ao 5º ano nas turmas em que se aplicou a pesquisa, 100% são classificados como autistas.

Quando se fala em deficiência, é possível verificar que a visualização de uma pessoa com uma determinada apresentação de perfil deficiente, poderá ser dimensionada com uma situação de reconhecimento, de identificação. Ao identificar uma pessoa como deficiente, ela logo terá um laudo em que esteja descrita uma característica da deficiência a que é agregada, e por esta razão esta compreensão já aponta para uma postura identitária como pessoa deficiente.

Por isso é muito importante a situação dos laudos (documentos médicos) que reconhecem a pessoa como deficiente, e através desta ação a escola recebe o devido documento, assinalada a descrição. Assim, o corpo docente recebe as informações necessárias de cada um desses alunos, para então elaborar planos de aulas coerentes com as necessidades de aprendizagens destes, de modo ainda a promover o processo de inclusão.

Tabela 7: Formação Acadêmica em Educação Especial

Qualificação profissional em Educação Especial	Resultado
Possui	40%
Não possui	60%
Não tem interesse	0%

Fonte: Própria autoria

A tabela 07 apresenta resultados significativos sobre a dimensão de formação adequada para trabalhar com alunos deficientes, em que a maioria dos professores, ou seja, 60% afirmam possuí-la. E os demais, 40%, dizem não ter conhecimento formativo para lidar com a situação.

Mantoan (2006, p. 25), afirma ainda que os professores esperam aprender uma prática inclusiva nas formações, e não somente conteúdos teóricos, mas uma dinâmica formativa que envolva oficinas, em que os docentes possam construir materiais pedagógicos coerentes à aplicabilidade na educação inclusiva, como também práticas de ensino-aprendizagens, metodologias, didáticas e compreensão concreta de adaptação curricular para fazer uso na realidade da sala de aula, e assim acontecer de fato a educação inclusiva.

TABELA 08: A realização de planejamentos para a sala de aula

Você participa de planejamentos escolares para atuar como professor (a) em sala de aula? Como transcorre esse processo?	Respostas
Participante A	Sim, o planejamento contempla orientações didáticas metodológicas para os alunos com deficiências.
Participante B	Sim, este processo ocorre em conversa com o supervisor escolar e no momento de orientações ao planejamento de aulas que são feitos no período de HTPC e ao PEI: Plano de Ensino Individualizado.
Participante C	Sim, o planejamento é feito mensalmente.
Participante D	Sim, Através de planejamentos bimestrais realizados a cada bimestre e também nos planejamentos diários.
Participante E	Sim, é realizado quinzenalmente.

Fonte: autoria própria

Para que a criança possa aprender, principalmente no processo de alfabetização, é necessário que o professor esteja atento a esses conhecimentos de como é a criança, a faixa etária e o tempo de aprendizagem de cada um, para a elaboração de práticas pedagógicas que serão importantíssimas na ação a ser realizada, e com um olhar mais afinado na dimensão do conteúdo para que seja aprendido da melhor forma possível pelos alunos com deficiências, para assim atender às necessidades de aprendizagens de cada estudante.



Conforme resposta dos profissionais envolvidos expressa na tabela, existe sim a realização do planejamento, e tal dimensão de ação ocorre com a supervisão escolar por determinados períodos, que podem ser mensalmente e bimestralmente, o fato é que eles afirmam que existe o planejamento das ações; e dessa forma, as situações de ludicidade devem ser dialogadas no ato do planejamento para que haja uma percepção de ensino-aprendizagem ativa e que contemple com equidade a todos os alunos da turma.

O Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo – HTPC – mencionado, trata-se de um dia específico em que o professor se encontra com a supervisão escolar para discutir situações de aprendizagens da turma, como problemas, aproveitamento, desenvolvimento, conteúdos e práticas pedagógicas; ao longo deste dia a supervisão escolar repassa as devidas informações e orientações a serem tratadas no período a ser planejado, e dialoga com o professor com o intuito de sugerir projetos, sequências didáticas e metodologias possíveis de atuação, dentre elas as dimensões lúdicas de ensino que podem ser positivas às necessidades de aprendizagens das crianças, o que implica falar principalmente das decisões sobre as crianças com deficiências.

De acordo com as respostas assinaladas na tabela, é possível verificar que todos os professores realizam aplicação de atividades adaptadas ludicamente para os alunos deficientes presentes em suas turmas, isso significa expressar que a visão de atendimento escolar desses professores direcionada a esses discentes já apresenta um ponto positivo, que é a preocupação em observar as necessidades de aprendizagens dos educandos em questão, para que estes recebam um atendimento educacional com equidade junto aos outros na turma.

Mesmo esses professores já tendo consciência desta situação e do processo inclusivo, faz-se necessário que a escola esteja atenta para o devido funcionamento de construção do plano de aula e de como estão sendo aplicadas essas atividades diferenciadas, verificando se está realmente ocorrendo o processo inclusivo e a garantia do desenvolvimento da criança. Nisso, Pletsch e Fontes (2006, p. 12), consideram que “a inclusão escolar só é significativa se proporcionar o ingresso e permanência do aluno na escola com aproveitamento acadêmico”. Essa consideração aponta para as peculiaridades das necessidades de aprendizagens de cada educando deficiente, bem como do seu desenvolvimento, e nesta perspectiva a garantia do processo de inclusão na prática.



TABELA 09: Os alunos com deficiências e o tratamento didático realizado pela escola

Sobre os alunos com deficiência, como eles recebem o tratamento didático? Para eles é aplicada alguma dinâmica pedagógica diferenciada?	Respostas
Participante A	Sim. As atividades do meu aluno com deficiência são diferenciadas, ou seja, é o mesmo conteúdo trabalhado com todos os outros alunos da sala, porém são adaptados conforme a necessidade de aprendizagem do educando.
Participante B	Sim. De minha parte é adaptado conforme o currículo para o tipo de deficiência apresentada, e que esteja no seu nível de situação a ser aprendida.
Participante C	Sim. Meu aluno já está lendo palavrinhas, e dessa forma tento manter uma rotina com atividades de leituras e interpretação de textos, como também outras ações que estimulam seu desenvolvimento no processo de autonomia.
Participante D	Sim. Sempre busco atender de acordo com as necessidades de aprendizagens dos alunos com deficiência, e as dificuldades de aprendizagens.
Participante E	Sim. São aplicadas atividades diferenciadas de acordo com a dificuldades de aprendizagem apresentada.

Fonte: autoria própria

Os resultados da tabela número 09 apontam que existe nesta escola um atendimento com aulas-atividades diferenciadas, e que os planos de aulas dos professores são didáticos, otimizados à situação dos alunos com deficiências. Existe ainda a adaptação curricular, em que todos os alunos são inseridos na mesma turma e o mesmo conteúdo é compartilhado, no entanto, os alunos que apresentam deficiências, recebem um tratamento didático mais apropriado às suas peculiaridades, conforme a deficiência que apresentam. Alguns professores, de forma satisfatória, até apontaram resultados positivos na apresentação das aprendizagens averiguadas.



De maneira geral, as respostas obtidas nos direcionamentos, compreendem que a visão de atendimento escolar desses professores direcionada a esses discentes, já apresenta um ponto positivo que é a preocupação em observar as necessidades de aprendizagens dos educandos em questão, para que estes recebam um atendimento educacional com equidade junto aos outros na turma.

TABELA 10: Os planejamentos e a adaptação curricular

Você contempla em seus planejamentos o aspecto da adaptação curricular em favor dos alunos com deficiência? Fale um pouco sobre esta ação que se realiza em sala de aula.	Respostas
Participante A	Sim. Na medida do possível com atividades xerocopiadas adaptadas. A escola não fornece apoio pedagógico com materiais concretos para o desenvolvimento de atividades práticas. A sala é muito cheia e com alunos/alunas com dificuldades de aprendizagens.
Participante B	Sim. Verifico inicialmente a deficiência no laudo, faço uma análise com os responsáveis, sondagem dos conhecimentos prévios do aluno e tento fazer adaptação ao currículo com o planejamento do PEI.
Participante C	Não. Pesquisei na internet em sites sobre atividades para crianças com autismo como: atividades para formar palavras, dominó de palavras, auto ditado etc.
Participante D	Sim com atividades de flexibilidades. Com atividades ilustradas para melhor realização da memorização. Atividades xerocopiadas, material de apoio, livros didáticos.
Participante E	Sim. Envolve-se o aluno nas atividades do dia a dia com apresentações etc. Além de aplicações de atividades diferenciadas.

Fonte: autoria própria

A tabela número 10 traz afirmações significativas sobre a atuação do trabalho de adaptação curricular junto aos educandos que apresentam deficiências. Todos os professores responderam que de uma forma ou de outra estão sempre pesquisando



didáticas compatíveis para serem inseridas, e dessa forma envolvam os educandos no processo de ensino-aprendizagem. Alguns professores mencionam até a participação desses alunos nas apresentações escolares, como também atividades flexibilizadas e aplicações de materiais concretos. Mantoan (2015, p. 68), menciona que “os currículos, a formação das turmas, as práticas de ensino, e a avaliação são aspectos de organização pedagógica das escolas, são revistos e modificados com base no que for definido pelo Projeto Político Pedagógico”. Esse apontamento reflete que numa dimensão de adaptação curricular, a escola deve ter em seu PPP essa decisão de que as turmas ao serem atendidas, o professor poderá realizar as devidas adaptações nas aulas-atividades.

Mantoan (2015, p. 69), ainda discute que “a inclusão não prevê a utilização de práticas/métodos de ensino escolar específicos para esta ou aquela deficiência e/ou dificuldade de aprender”. Isso significa expressar que não tem uma lei que venha ditar regras sobre a que prática utilizar, no entanto, a escola deve estar atenta às melhores práticas, cabíveis às necessidades de ensino-aprendizagem das crianças, para assim promover o desenvolvimento de todas com equidade.

Mais à frente em seus estudos, Mantoan (2015, p. 69), explica ainda que “os alunos aprendem nos seus limites e se o ensino for, de fato, de boa qualidade, o professor levará em conta esses limites e explorará convenientemente as possibilidades de cada um”. Isso implica um olhar observador e responsabilidade de ensino frente às aprendizagens dos educandos, de modo que, a escola deverá estar atenta às possibilidades e impossibilidades de cada aluno no ato de aprender, mas também de organização com práticas qualificadas que possam atender às necessidades de aprendizagens dos alunos. Ao observar as respostas assinaladas, é possível verificar que apenas um professor cita que não há realização de adaptação curricular na aplicabilidade das aulas junto ao educando deficiente a que atende.

Dessa forma, é muito importante a compreensão de Costa (2014, p. 45), quando explica que “para que a educação inclusiva seja verdadeiramente eficaz, é necessário que haja um trabalho conjunto da equipe multidisciplinar junto à adaptação do currículo”. O trabalho educativo é sempre um trabalho em conjunto com a equipe pedagógica. O professor não realiza esse processo sozinho, ele deverá estar atento às orientações pedagógicas que recebe, como também, falar de suas ações exitosas ou não, e assim ouvir sua equipe e direcionar um novo planejamento voltado ao aluno,



à sua turma e aos ditos não orais, para que possam estar aprendendo.

Essa inferência aponta para a necessidade de um olhar mais compreensivo do docente frente às orientações das leis educacionais quando trata da dimensão de processo de ensino inclusivo, que também contempla a dimensão de adaptação curricular, para que o aluno que necessita deste ajuste, seja atendido dentro de suas dimensões de necessidades de aprendizagens a serem desenvolvidas.

TABELA 11: Ludicidade e educação inclusiva

O que você entende por ludicidade e educação inclusiva na sala de aula? Ela acontece? Se sim, de que forma e quantas vezes por semana?	Respostas
Participante A	A ludicidade é de suma importância para o desenvolvimento do educando. As aulas lúdicas devem ser bem elaboradas com o objetivo e orientações diferenciadas. A educação inclusiva e a integração dos alunos com deficiências. As aulas lúdicas em minha sala acontecem uma vez por semana.
Participante B	Ludicidade é o trabalho que o professor utilizou para desenvolver o processo criativo ao educando. A educação inclusiva é garantir acesso e permanência de todos os alunos neuro típicos e não neuro típicos com equidade e depende do turno. Não sei precisar o quantitativo. Depende muito da turma.
Participante C	Na ludicidade usamos o conceito para nos referir a jogos e brincadeiras. Já a educação inclusiva entende que é assegurar o acesso, permanência e condições de aprendizagem para todas as pessoas.
Participante D	O lúdico na sala de aula, as atividades lúdicas tendem a fornecer uma evolução nas funções das habilidades psíquicas com reflexos na formação da personalidade. Costuma realizar todas as atividades pelo menos 2 vezes por semana e em todo o material da sala.
Participante E	Sim. A ludicidade tem a ver com o brincar, com



	<p>meios que direcionam o aprendizado de forma divertida. Inserir o aluno com deficiência dentro das atividades atendendo suas necessidades. Em parte, por falta de recursos e espaço durante as aulas.</p>
--	---

Fonte: autoria própria

A tabela 11 apresenta que os educadores confirmam que sabem de fato o que é educação através dos processos lúdicos, e que afirmam trabalhar com práticas que utilizam a ludicidade nas aulas-atividades, principalmente com os alunos deficientes.

Cada educador participante da pesquisa expressou o que entende sobre um ensino por meio de aspectos lúdicos e também se conseguem identificar essas práticas lúdicas impregnadas em seus planos de aulas. Ao se verificar as respostas é possível observar que todas elas conseguiram focar na mesma definição para a ludicidade, só estão com construções de frases e ordenação de palavras diferentes, mas numa mesma percepção de entendimento. Todos os professores mencionam práticas de atividades lúdicas exercidas por elas em sala, e dentre elas sempre num olhar de criatividade apontam os jogos e brincadeiras.

Essa discussão é muito importante, e os estudos de Vieira (2022, p. 2), apontam que “a ludicidade é uma das alternativas que pode auxiliar no processo de inclusão, é possível realizar um trabalho mais atraente e agradável para que ambas as partes sejam para os alunos que estão sendo incluídos ou para os demais discentes”. Portanto, não basta apenas realizar a matrícula do educando deficiente nas escolas como proposta de inclusão, mas que sejam efetivados planos de aulas, atendimento escolar, que de fato contemplem o processo de inclusão na prática, e as ações pedagógicas por meio lúdicos: jogos, brincadeiras, músicas e outras situações são meios plausíveis, como também instrumentos pedagógicos para envolver os educandos com motivação, atenção e criatividade nas aulas para que se promova o desenvolvimento.



TABELA 12: Os recursos didáticos e o aprendizado dos alunos com deficiências

A escola proporciona ao seu trabalho materiais didáticos como suporte pedagógico para atuação na sala de aula? Os alunos com deficiências aprendem? Ocorre de fato desenvolvimento de habilidades e competências através de aulas-atividades lúdicas?	Respostas
Participante A	A escola não oferece materiais pedagógicos e nem suporte pedagógico. Sim, os alunos deficientes aprendem muito mais com aulas práticas, materiais lúdicos, como jogos e brincadeiras, como materiais didáticos concreto, como dados, alfabeto móvel, entre outras habilidades que ainda podem ser desenvolvidas.
Participante B	Não. Infelizmente não. Os recursos utilizados por mim deve ser a minha formação, interesse pela inclusão, contudo muitas vezes torna-se complexo a quantidade de alunos e a heterogeneidade das turmas e essência de profissionalismo de apoio. O material lúdico e utilizado dependendo do aluno, como exemplo o uso de fantoches ou material concreto.
Participante C	Não. A escola não dispõe de materiais didáticos como suporte pedagógico para atuação em sala de aula aos alunos deficientes.
Participante D	Sim. As vezes sim. No próprio material dos alunos, o livro didático, as ilustrações ajudam a desenvolver uma atividade mais eficiente. Se trabalha o lúdico com as crianças, e assim facilita o entendimento da mesma.
Participante E	Em parte, algumas, em outras não. Depende de sua especificidade. Ex. Em uma aula de matemática (As quatro operações) utilizando material concreto, alguns conseguem assimilar ou necessitam da ajuda do cuidador, etc.

Fonte: autoria própria



Na tabela de número 12, os professores apontam que a escola não disponibiliza material de trabalho adequado para que eles possam realizar as aulas de forma apropriada a esses educandos que apresentam deficiências. Alguns afirmam que há apenas alguns materiais disponíveis que podem ser enquadrados como significativos no processo.

Sobre as respostas observadas, percebe-se que a escola não disponibiliza materiais lúdicos para serem trabalhados com os alunos com deficiência. De acordo com as respostas, mesmo que não recebam materiais e nem apoio pedagógico, eles realizam práticas pedagógicas lúdicas com as crianças e ainda ressaltam que estas ações colaboram de forma significativa para o desenvolvimento delas. Verifica-se ainda nas respostas que apenas uma professora cita aspectos lúdicos no livro didático e que faz utilização em favor das crianças ao longo das aulas.

Nestes termos é muito importante a fala de Mantoan (2015, p. 65), quando expressa que: “Superar o sistema tradicional de ensinar é um propósito que temos de efetivar com toda urgência. Essa superação refere-se ao que ensinamos e como ensinamos nossos alunos”. Isso implica também falar em recursos didáticos convenientes, adequados e pertinentes ao processo, pois se houver acesso e disponibilidade de tais recursos didáticos é possível construir e aplicar planos de aulas coerentes ao processo inclusivo.

TABELA 13: O professor e sua preparação para educar os alunos com deficiências

Mesmo que não haja alunos deficientes em sua turma, você se sente preparado (a) para trabalhar com esses alunos através de processos lúdicos educacionais?	Respostas
Participante A	A escola não oferece materiais pedagógicos e nem suporte pedagógico. Sim, os alunos deficientes aprendem muito mais com aulas práticas, material lúdico, como jogos e brincadeiras, como materiais didáticos concreto, como: dado, alfabeto móvel, entre outros as habilidades seriam desenvolvidas.
Participante B	Sim. Eu acredito que sim, claro que sempre é



	necessário formações, atualizações e gostar de atuar na educação inclusiva.
Participante C	NÃO RESPONDEU
Participante D	Sim
Participante E	Mesmo não tendo aluno com deficiências na sala, não me sinto preparada pois ao passar do tempo sempre está aparecendo algo novo para se aprender.

Fonte: autoria própria

A tabela de número 13 aponta que alguns professores afirmam estarem preparados para atenderem os alunos com deficiências se assim forem incumbidos desta responsabilidade em suas salas de aula, no entanto, outros professores mencionam que não.

Dentre as respostas situadas na tabela, observa-se que apenas um professor não respondeu, e outro apenas expressa uma confirmação de realização, mas sem dimensionar informações precisas do que faz. A primeira participante da pesquisa responde que a escola não fornece material lúdico, mas mesmo assim acredita que o trabalho pedagógico por meio da ludicidade proporciona uma diferença positiva no desenvolvimento das aprendizagens dos alunos com deficiência. A segunda participante expressa que acredita fielmente numa prática pedagógica com aspectos lúdicos; e a última participante da tabela menciona que mesmo não tendo aluno com deficiência, não se sente preparada para atender se assim lhe for atribuída essa responsabilidade.

Mantoan (2015, p. 71), esclarece que: “O sucesso da aprendizagem está em explorar talentos, atualizar possibilidades, desenvolver predisposições naturais de cada aluno”. Nesta indicação de ações a serem realizadas, faz-se necessário que o/a professor/a esteja preparado para este atendimento, e assim a escola proporcione as formações adequadas, como também os recursos didáticos solicitados pelos professores, conforme visão de trabalho, para que haja atendimento coerente a ser aplicado.



7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada proporcionou uma série de conhecimentos relacionados às dimensões educacionais que tratam do processo de ensino-aprendizagem com ações e materiais lúdicos, como também e com precisão, a como fazer uso desta prática com os alunos com deficiências. Todo o percurso de pesquisa através das leituras e aplicação prática na escola em realização, possibilitou uma definição mais aprofundada sobre o significado do contexto educacional, no que tange ao processo de inclusão em salas de aula.

Quanto à problemática que surgiu para realização da pesquisa, que tem o seguinte questionamento: “Qual a importância e sentido do uso de práticas lúdicas no processo de ensino-aprendizagem dos educandos deficientes de 1º a 5º ano do Ensino Fundamental?”, ao final do trabalho foi respondida, de modo que, compreendeu-se que o processo de ensino-aprendizagem realizado por meio dos aspectos de ludicidade junto aos alunos deficientes, são fundamentais, pois proporcionam oportunidades de aprendizagens com significado, além de desenvolver motivação junto ao educando.

Dessa forma, é muito importante a atenção, responsabilidade e compreensão do uso das práticas lúdicas para com os alunos que apresentam alguma ou qualquer tipo de deficiência, visto que, trata-se de educandos que necessitam ter um acompanhamento mais preciso e planejado frente às dificuldades que enfrentam em suas necessidades de aprendizagens e desenvolvimento de habilidades.

Com esta dinâmica de percepção se faz necessário que a escola oriente seu corpo docente a criar planos de aulas com adaptação curricular nos quais se possa verificar a dimensão de inclusão, em que os alunos deficientes não fiquem à margem no processo educativo, mas que sejam de fatos contemplados e atendidos no processo educativo com respeito, responsabilidade e desenvolvimento preciso em suas necessidades educacionais.

Compreendeu-se que os alunos com deficiências fazem parte de um contexto de alunos que necessitam de planos de aulas construídos de forma precisa, pensados e bem direcionados. Essa dimensão de ação perpassa pelo aspecto da adaptação curricular em que o/a professor/a irá previamente observar bem quem é o seu aluno e a sua deficiência por meio do laudo médico; bem como observar bem as



características correspondentes à deficiência dele, quais procedimentos didáticos devem ser direcionados, e assim construir práticas pedagógicas que venham atender as necessidades de aprendizagens dos educandos envolvidos.

A adaptação curricular deve ocorrer de modo a atender a realidade do aluno, ou seja, faz-se necessário conhecer bem o tipo de deficiência para então construir e direcionar o plano de ensino a ser executado. Desse modo, o conhecimento de práticas lúdicas variadas é e deve ser colocado nos planos de aulas para que a criança possa ser envolvida com firmeza no processo, visto que pelas falas dos professores, os alunos com deficiências precisam de um atendimento mais direcionado, não que a adaptação curricular faça com que ele tenha um ensino separado dos outros alunos, mas, tenha o mesmo conteúdo com modificações lúdicas como jogos, brincadeiras, pinturas, dentre outros.

Assim, cada resposta colhida dos professores, proporcionou um entendimento coerente de como funciona de fato a aplicação das aulas-atividades junto aos educandos deficientes e a possibilidade de aplicações com recursos didáticos lúdicos. Foi observado que os professores possuem um bom entendimento do que seja o processo de ensino-aprendizagem a ser aplicado aos educandos que apresentam deficiências, e que se esforçam bastante para realizar aulas adequadas a estes. No entanto, foi perceptível também que dentre os professores pesquisados, ainda há dificuldades quanto ao processo, e que essas situações decorrem tanto da busca de informações e conhecimentos como da falta de recursos didáticos e lúdicos para serem usados no dia a dia da sala de aula, visto que a escola não oferece tantos instrumentos qualificados para o processo de inclusão.

Dessa forma, o uso de jogos, músicas, brincadeiras, movimentações corporais, desenhos, pinturas dentre outras aplicações podem e devem ser proporcionados aos alunos com deficiências, pois essas ações compreendem meios e aspectos de inclusão, que fazem acontecer um atendimento inclusivo. Com isso, as atividades precisam ser constantemente elaboradas e aplicadas junto aos colegas, mesmo que o aluno com deficiência não esteja interagindo com a turma.



8. REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Simara Solene Copettide; CIPOLA, Eva Sandra Monteiro; JÚNIOR, Ademir Pinto Adorno de Oliveira. **CICLO DE ALFABETIZAÇÃO: DESAFIO ENTRE O PROCESSO COGNITIVO E O ENSINO APRENDIZAGEM**. Revista Científica UNAR (ISSN 1982-4920), Araras (SP), v.16, n.1, p.37-53, 2018.
- ALMEIDA, P. N.d. **Educação lúdica: técnicas e jogos pedagógicos**. São Paulo: Loyola, 1994.
- ARAGÃO, Janaina de Souza. **Metodologia e Conteúdos Básicos de Comunicação e Artes**. Indaial: Ed ASSELVI, 2007.
- BACELAR, Vera Lúcia da Encarnação. **Ludicidade e educação infantil**. Salvador: EDUFBA, 2009.
- BRASIL, Presidência da República. **Constituição Federal**. Brasília - Casa Civil, 1988.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação especial nacional. Diário oficial da República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 dex.1996
- BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB- Lei nº 9394/96 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, MEC, 1996.
- BRASIL. **Programa de Capacitação de Recursos Humanos do Ensino Fundamental – Deficiência Visual**. Série Atualidades Pedagógicas, 6, vol.1.Brasília: MEC/SEEP, 2001.
- CIAMPA, Antônio da Costa. **Identidade**. In: W. Codo & S. T. M Lane (Org..). Psicologia social: o homem em movimento (pp. 58-75), São Paulo: Brasiliense, 1984.
- COELHO, Luana; PISONI, Silene. Vygotsky: **Sua teoria e a influência na educação**. Rio Grande do Sul, Centro Universitário Cenecista de Osório. Osório, Revista ePed- FACOS/CNEC, Vol. 2 - Nº 1 – AGO/2012. UNICENEC. Disponível em:http://facos.edu.br/publicacoes/revistas/eped/agosto_2012/pdf/vygotsky__sua_teororia_e_a_influencia_na_educacao.pdf Acesso em: 26 maio 2021.
- FERRARESI, S. **As contribuições da BNCC para uma educação inclusiva**. 2017. Disponível em: <https://inclusaonaescola.com.br/as-contribuicoes-da-bncc-para-umaeducacao-inclusiova/> acesso em 20 de maio de 2023.
- FLEIGER, Clarisse. **O lúdico e a inclusão de crianças com deficiência na Educação Infantil**. Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL, 2020.
- GONTIJO, **Claúdio Maria Mendes**. Universidade Federal do Espírito Santo – UFES,



Vitória, ES, Brasil. <http://orcid.org/0000-0003-2365-937X>. clammgont@gmail.com. 2018.

SILVA, Alyne Karla. ALBRECHET, Ana Rosa Massolim. **A importância da ludicidade para a criança em processo de inclusão**. UNINTER, 2020.

LIMA, Edivilma Santana de Lima. **Práticas de alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental: teorias, normas e formação docente**. Santa Rita – PB, 2021.

LIMA, Elvira.C. A. S. et al, **O Jogo e a construção do conhecimento na Pré-escola**. São Paulo, FDE, 1991.

LOPES, V. G. **Linguagem do Corpo e Movimento**. Curitiba, PR: FAEL, 2004.

LUCKESI, Cipriano. **Estados de consciência e atividades lúdicas**. In: PORTO, Bernadete (Org.). Educação e ludicidade. Salvador: UFBA, 2004.

MALUF, Maria Regina. **Ciência da Leitura e Alfabetização Infantil: Um enfoque metalinguístico**. Boletim Academia Paulista de Psicologia, 2005.

MANTOAN, Marla Tereza Eglér. **Inclusão escolar – O que é? Por que? Como fazer**. São Paulo: Summus, 2015.

MOURÃO Luciana, ESTEVES Vera Vergara. **Ensino Fundamental: das competências para ensinar às competências para aprender**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 21, n. 80, p. 497-512, jul./set. 2013.

MINAYO, M. C. **Ciência, técnica e arte: o desafio da Pesquisa Social**. In: _____. (Org.) Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 09-30.

NEVES, D. S. **O Brincar e sua função na intervenção psicopedagógica em instituições escolares: O que dizem os psicopedagogos?** Faculdade SENAC2010.

SANTOS, Daniela Carvalho dos Santos; VOLTARELLI, Pâmela de Albuquerque; DOS SANTOS, Danielle Aparecida do Nascimento. **A importância da escola inclusiva para o desenvolvimento dos estudantes público – alvo da Educação Especial**. Colloquium Humanarum, vol. 13, n. Especial, Jul–Dez, 2016, p. 59-64. ISSN: 1809-8207. DOI: 10.5747/ch.2016.v13.nesp.000812.

SANTOS, Santa Marli Pires (Org). **O lúdico na formação do educador**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

SILVA, Aline Karla. **A importância da ludicidade para a criança em processo de inclusão**. UNINTER, 2020.

UCHÔA, Yasmim Figueiredo. **A criança autista na Educação Infantil: desafios e possibilidades na educação inclusiva**. Campina Grande – PB, 2015.



VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. 6ª edição São paulo: Martins Fontes, 1998.

VYGOTSKY, L. S. **Do ato ao pensamento**. Lisboa: Moraes, 1979.

YOSHIDA, S. **Desafios na inclusão dos alunos com deficiência na escola pública**. 2018. Disponível em: <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/1972/desafios-na-inclusao-dos-alunoscom-deficiencia-na-escola-publica>. Acesso em 12 julho de 2023.



ANEXO
QUESTIONÁRIO
APLICAÇÃO PESQUISA DE CAMPO

Identificação do participante:

- Sexo: () masculino () feminino
- Idade: _____
- Tempo de atuação como professor (a): _____
- Qual ano/série você leciona: _____
- Quantos alunos há matriculados em sua turma: _____
- Quantos alunos com deficiências existe matriculado em sua turma: _____
- Se tiver alunos com deficiências, qual a deficiência?

- Qual a sua formação acadêmica? _____

Questionamentos sobre ludicidade e prática educativa sobre os alunos com deficiências:

Questionamentos	Respostas
1º Você participa de planejamentos escolares para atuar como professor (a) em sala de aula? Como transcorre esse processo?	
2º Sobre os alunos com deficiência, como eles recebem o tratamento didático? Para eles é aplicada alguma dinâmica pedagógica diferenciada?	
3º Você contempla em seus planejamentos o aspecto da adaptação curricular em favor dos alunos com deficiência? Fale um pouco sobre esta ação que se realiza em sala de aula.	
4º O que você entende por ludicidade e educação inclusiva na sala de aula? Ela acontece? Se sim, de que forma e quantas vezes por semana?	
5º A escola proporciona ao seu trabalho materiais didáticos como suporte pedagógico para atuação	



<p>na sala de aula? Os alunos com deficiências aprendem? Ocorre de fato desenvolvimento de habilidades e competências através de aulas-atividades lúdicas?</p>	
<p>6º Mesmo que não haja alunos deficientes em sua turma, você se sente preparado (a) para trabalhar com esses alunos através de processos lúdicos educacionais?</p>	

